

LINHA VIVA

Nº 235
29/07/93

Fim das artimanhas

Os eletricitários de Belo Horizonte, conseguiram estancar o processo de privatização da Cemig, que estava escondido atrás de um projeto do governo daquele Estado de transformar bônus externo em ações preferenciais da empresa de energia. A transação, no total, envolvia a cifra de 200 milhões de dólares (51% das ações preferenciais em poder do Estado). Os eletricitários mineiros lotaram as galerias da Assembleia Legislativa e pressionaram os deputados. Resultado: além da não aprovação os eletricitários conseguiram que o legislativo proibisse a transformação das ações preferenciais da Cemig (dadas como garantia aos bônus externos), em ações ordinárias.

Luta para produzir

Na terça-feira, dia 27 de julho, cerca de 200 pessoas ocuparam a Secretaria da Agricultura, em Florianópolis. São agricultores acampados ou reassentados do Oeste e Planalto Norte. Eles vão ficar ali até que uma pauta com oito itens seja atendida. Entre as reivindicações: implantação de rede de energia elétrica nos assentamentos, assistência técnica, material para construção de 900 casas.

CASO DE POLÍCIA

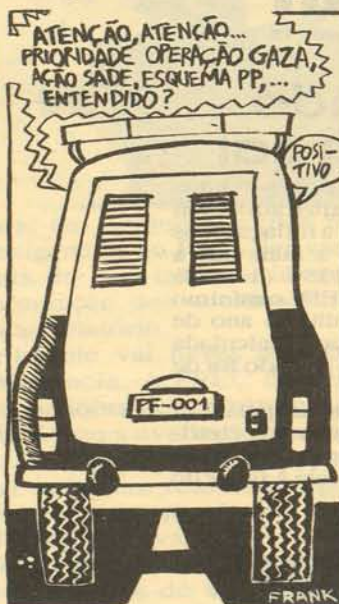
Obedecendo determinação da Procuradoria Geral da República, a Polícia Federal de Santa Catarina começou a apurar o envolvimento da ex-diretoria da Eletrosul no episódio de compra de ações da SADE (Esquema PP).

No próximo dia 3 de agosto, às 10h30min, atendendo pedido da PF, o presidente do Sinergia, Mauro Passos, vai depor sobre o assunto. No inquérito policial de número 155/93 serão ouvidos ainda Claudius Girardi (do Conselho de Curadores da Elos), Rubens Iwersen, diretor superintendente da Fundação Elos e o ex-presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga.

Se for comprovada irregularidade na compra de ações

da Sade, por parte da Elos, com interferência da Eletrosul, estará caracterizado crime de peculato, segundo o delegado federal que preside o inquérito.

Mauro Passos lembra que "no desenrolar deste processo - que gerou inclusive queixa crime por parte da diretoria da Eletrosul contra o presidente do Sinergia e o próprio sindicato por calúnia e difamação com pedido de ressarcimento - nós estivemos sempre do lado da verdade. Esperamos que, com a ação da Polícia Federal, tudo fique esclarecido e que as pessoas que agiram tão levianamente, quase num calúio, não fiquem impunes".



Cerca de 500 pessoas estiveram presentes na Assembleia Estadual dos empregados da Celesc que aconteceu no último sábado, em Lages. Os participantes, vindos de todos os cantos de Santa Catarina, discutiram a pauta de reivindicações para a campanha salarial deste ano. O grande consenso é que a garantia de emprego é a principal bandeira deste ano. Depois da assembleia houve um churrasco na sede da social da Abecesc.

Sofrimento psíquico

"Manicômio - Tire Esta Idéia da Cabeça" é o nome do debate que acontece dia 14 de agosto no auditório da Reitoria da UFSC, promovido pelo Fórum Popular da Saúde de SC. Entre os debatedores estão Sandra Fagundes, do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, Luiz Gonzaga Cardoso, do Conselho Regional de Psicologia de SC e o deputado Idelvino Furlanetto (PT/SC) autor de projeto de reforma psiquiátrica no Estado.

Para o fim da miséria

Nesta quinta-feira, será lançado na Eletrosul, o comitê de empregados da sede da empresa de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Vários eventos já estão sendo programados e a participação de todos é muito importante.

Debate na Eletrosul

Na abertura da Plenária de base da Intersul, dia 13 de agosto, às 14 horas, no auditório da sede da Eletrosul acontece o debate "Papel do Estado e Empresa Pública". Confirmaram presença o presidente da Federação Nacional Democrática dos Urbanitários, Paulo Rangel, e o procurador José Alberton, coordenador do Centro da Promotoria da Coletividade de SC. Foi convidado também o presidente da Eletrosul, Cláudio Ávila.

Plenária

Dias 29, 30 e 31 de julho acontece em Florianópolis a Plenária Estadual da CUT, que além de um balanço das atividades irá escolher os delegados para o encontro nacional da central.

Um sindicato sob censura

O Sinergia de Brasília está desde quinta-feira, dia 22 de julho, sob censura. Os diretores do sindicato não podem dar entrevistas, imprimir boletins, noticiar no seu jornal nada que diga respeito a uma licitação realizada recentemente pela CEB (Companhia Energética de Brasília). A censura foi imposta pela Justiça, acatando liminar da CEB. Os sindicalistas esperam o final do recesso judiciário, previsto para agosto, quando pretendem derrubar a liminar. Enquanto isto eles analisam qual procedimento tomar. De início, segundo Paulo Tadeu, diretor de Formação do Sinergia-DF, "acataremos a decisão do juiz de plantão, e já que não temos a quem apelar aguardaremos o final do recesso para ter a questão esclarecida".

A CEB realizou recentemente licitação para construção de uma subestação

de 138 KV e ampliação de duas outras subestações. As obras, estimadas em 3,5 milhões de dólares, são cruciais para o funcionamento do metrô de Brasília. Três dias antes do final do processo licitatório, o Sinergia-DF, publicou um anúncio cifrado no Jornal do Brasil, dando os nomes da ganhadora da licitação: o consórcio entre as empresas Montenegro e Inepar. A CEB após a denúncia cancelou a licitação. O Sinergia então preparou um anúncio, que seria veiculado em todas redes de TV da cidade falando da fraude e denunciando um "trem da alegria" na empresa. À meia-noite do dia em que clipe iria ao ar o juiz concedeu a liminar proibindo qualquer tipo de manifestação do Sinergia sobre o assunto. Caso não obedecam os sindicalistas, além de multa podem pegar cadeia.

Inscrição para representante encerra dia 3 Você pode ser

Encerra na terça-feira, dia 3 de agosto, as inscrições para representante sindical do Sinergia na Celesc e Eletrosul. Nos seguintes locais de trabalho ainda não há inscritos para preencherem as vagas:

As eleições acontecem dia 17 de agosto. Os candidatos devem se apresentar no Sinergia com uma foto 3X4 e preencher uma ficha de inscrição. É muito importante que cada local de trabalho tenha seu representante, pois só assim o sindicato terá um quadro real dos problemas e reivindicações de seus associados, bem como os empregados terão um canal mais próximo de informação sobre os trabalhos do Sinergia.



Itamar segue ameaçando com veto ao reajuste mensal

O Presidente Itamar ameaça veto o projeto de reajuste de 100% da inflação mensal para os salários, a lei Paim. Caso isto aconteça o projeto volta ao Congresso Nacional para uma nova votação. A CUT, dando continuidade à campanha pela aprovação dos 100%, exige que a votação no Congresso o seja com voto aberto tanto de deputados como de senadores.

Os argumentos à favor do reajuste são muitos. No final de semana passado o jornalista Janio de Freitas, na Folha de São Paulo, divulgou dados sobre os aumentos no país. Se de um lado, segundo a Fipe, nos últimos 12 meses, a inflação

atingiu o índice de 1.451%, os produtos alimentícios foram reajustados em 1900% (449% a mais que a inflação), os remédios 2.017% (566% a mais que a inflação) e o vestuário 2.835% (1.384% a mais). Já segundo o DIEESE o mínimo teve uma perda real no último ano de 10,23%, sendo que a inflação calculada pelo departamento para o período foi de 1.529,82%.

Por isto, esta campanha pela Lei Paim é também a campanha dos eletricitários. Pressione seu deputado e senador em Brasília para que vote a favor do reajuste de 100%.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Rosemeri Dolor Siqueira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Colonos e ambientalistas contestam relatório de Itá

Gastão Cassel
Equipe do Linha Viva

Com obras em andamento e US\$ 250 milhões gastos em construção de estradas e pontes, elaboração de projetos e remanejamento da população, aconteceu no dia 22 de julho a primeira Audiência Pública sobre o Relatório de Impacto Ambiental da construção da Usina Hidrelétrica de Itá, solicitada pela CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, e pela FEEC, Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses. O cine Império, em Concórdia, esteve lotado durante seis horas por técnicos, colonos atingidos pela barragem e autoridades da região.

A apresentação do projeto da Usina e do Rima - Relatório de Impacto Ambiental - ficou a cargo da Eletrosul, como empreendedora, e do CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores, como elaborador do relatório. Recursos audiovisuais não foram poupados para falar de um empreendimento de mais de um bilhão de dólares que vai alagar uma vasta região de 141 quilômetros quadrados para gerar 1620 megawatts, um potencial que afasta do sul o fantasma da falta de energia.

Os questionamentos não demoraram. A CRAB lamentou na tribuna, através de Hélio Mecca, o fato de estar discutindo "uma obra em andamento, cuja efetivação é irreversível". Os ambientalistas da FEEC se detiveram em fazer críticas à metodologia adotada na elaboração do relatório, uma "justaposição de relatórios estanques ao invés de um estudo interdisciplinar", segundo Mirian Prochnow.

LEGITIMIDADE A CRAB questionou a legitimidade do Rima, que segundo Mecca, baseou-se em estudos da própria Eletrosul, o que contraria a legislação. Flávio Lima Souza, que representou a empresa, negou a acusação afirmando a independência do CNEC na realização dos estudos que iniciaram em 1986. Os "atingidos" argumentaram, ainda, que "as medidas mitigadoras e ou compensatórias são apresentadas de modo vago e sem detalhamento, sem nenhuma garantia de que a Eletrosul vai executá-los".

Audiência não abriu perspectivas para agricultores

O Rima desemboca em 26 programas relativos a questões ambientais e sócio-econômicas. Flávio Souza confirma que ainda não há detalhamento de vários deles, porque "serão desenvolvidos na hora certa", com verbas que, segundo ele, estão garantidas pela Eletrobrás.

Quando for erguido o "paredão" de 880 metros de comprimento por 126 metros de altura para represar as águas do rio Uruguai na "volta do Uvã" uma parte dos municípios de Concórdia, Ipira, Itá, Piratuba, Peritiba, Aratiba, Marcelino Ramos, Mariano Moro e Severiano de Almeida vai ficar debaixo d'água. Mil famílias terão que ser deslocadas, das quais apenas 130 já foram reassentadas e 45% das propriedades atingidas foram indenizadas.

SEM ASSISTÊNCIA Para os colonos, no entanto, a situação não é boa. No dia da Audiência vários deles ocuparam o escritório da Ele-



trosul em Itá reclamando o atraso do pagamento da primeira parcela para início das obras da segunda etapa do reassentamento Mangueirinha II, localizado no Paraná. Além disso eles reclamam que a empresa não tem dado suporte e assistência técnica e social aos reassentados.

De seu lado, os ecologistas dispararam críticas ao tratamento às florestas remanescentes, os 16% de matas que ainda cobrem o estado. "Como não temos mais florestas não tocadas, o Rima simplesmente considera que elas estão degradadas e decreta o seu fim, sem nenhuma preocupação em recuperá-las", contesta Prochnow. Conforme dados da FEEC, algumas plantas "endêmicas" não constam das preocupações do Rima, comprometendo espécies de bromé-

lias e orquídeas que vivem nas margens do rio Uruguai.

umas das críticas mais severas ao Rima veio do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Frederico Araújo, que em nome da instituição assessora a CRAB. Ele diz que a concepção do Rima é equivocada pois "baseia-se numa legislação ambiental que usa uma metodologia que considera apenas o ambiente da obra e não permite que o barrageiro seja sujeito do processo.

Frederico diz que o esmero dos técnicos da Eletrosul e do CNEC acaba ocultando o conflito que existe entre os barrageiros e a empresa, "evidenciado pela própria existência da CRAB". "Não há consenso, mas podem haver acordos", constata.

ABOBRINHA Considerando a obra irreversível a CRAB propôs a criação de um grupo

Gastão Cassel

TRIBUNA LIVRE

Quando desgraça é culpa do destino*

Eduardo Galeano
autor de
"As Veias Abertas da América Latina"

Goiânia, Brasil, setembro de 1987, dois homens vagantes, mexendo no lixo, encontram um tubo de metal jogado fora, o rompem a martelada e descobrem uma pedra de luz azul. A pedra mágica irradia luz e ar e dá um fulgor a tudo e a todos que a tocam. Os dois quebram a pedra e distribuem para vizinhos do bairro, que se transforma em uma lâmpada, rica de luz; é uma festa! No dia seguinte, os dois homens vomitam. Comeram manga junto com coco: deve ser isto. Porém também outros vomitam. Todos incham e do centro deles sai um fogo que queima o corpo. A luz devora, mutila e mata. Se difunde, portata pelo vento e pela chuva, pelas moscas e pelos pássaros.

Foi a catástrofe nuclear mais grave da história, depois de Chernobyl. Muitos morreram, quem sabe quanto; muito mais foram os que ficaram com marcas para sempre. Naquele bairro, nos subúrbios de Goiânia, ninguém sabia o que significava a palavra radioatividade e ninguém nunca tinha escutado falar do Césio 137.

Nenhum responsável até hoje foi preso. A clínica que botou fora o tubo de Césio, deixando-o a mercê de qualquer um, continua funcionando normalmente. A América Latina é uma terra de impunidade.

Chemobyl ressoa todo dia na orelha do mundo. De Goiânia não se sabe mais nada. Ano passado, Cuba recebeu as crianças de Goiânia, doentes devido a radiação, e desde então lhes está oferecendo tratamento médico gratuito. Nem mesmo este pequeno fato tem merecido qualquer menção pelos meios de comunicação de massa.

No final de 1991, a revista "The Economist" e o jornal "The New York Times" publicaram um memorandum interno do Banco Mundial (BM), assinado pelo economista Lawrence Summers, onde reconhece a paternidade da proposta que o BM deveria fomentar a migração das indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos, por três razões: de lógica econômica, que aconselha o despejo de resíduos tóxicos em países de menor renda; os baixos níveis de poluição destes países menos populosos e a pequena incidência de câncer nas pessoas que morrem cedo. Algumas vozes protestaram, mas para dizer que isto são coisas que se fazem, mas não se dizem. Porém Lawrence não é poeta surrealista, mas sim o criador da corrente do realismo capitalista.

Impunemente a Bayer e a Daw Chemical produzem e vendem na América Latina fertilizantes e pesticidas proibidos na Alemanha e nos EUA. Impunemente a Volkswagen e a Ford produzem e vendem automóveis sem filtros obrigatórios na Alemanha e nos EUA. Mais de 200 pesticidas proibidos pela Organização Mundial de Saúde - OMS - são utilizados no Uruguai, que é um dos maiores países com incidência de câncer do mundo. Os habitantes da Cidade do México tem a mais alta concentração de chumbo no sangue; as índias que trabalham nas plantações da costa guatemalteca amamentam seus próprios filhos com o leite mais intoxicado do planeta.

A lógica econômica, aquela que invoca o memorandum do BM, é a lei divina, e que impunemente reina. Aos pés dos seus altares, se oferece o sacrifício da natureza e da dignidade humana.

Nada de novo. Sempre, já a cinco séculos, o desprezo pela vida humana virou costume. A impunidade se alimenta da fatalidade. Nos treinaram a crer que a desgraça é culpa do destino, como aquele tipo que, para obedecer a lei da gravidade, se atirou do décimo andar.

* Publicado no jornal italiano *Il Manifesto* e divulgado pela agência *Ipsis Litteris*.



Fome fabrica meninos de rua

Flavio Luiz Schieck Valente
Assessor especial do CONSEA

Sinergia garante meia-entrada no CIC

O Departamento de Cultura do Sinergia acaba de fechar acordo com o Clube de Cinema do Centro Integrado de Cultura que permitirá a entrada dos associados do sindicato, pagando meia-entrada, na sala de exposições do CIC. Em contrapartida o Sinergia se compromete a divulgar a programação dos filmes a serem exibidos no CIC, no Linha Viva.

Programação da semana

Dia 29 de julho

- 19 horas - Veneno
- 21 horas - Hoffa

Dia 30 de julho

- 19 horas - Hoffa
- 21 h 30 min - Veneno

Dia 31 de julho

- 18 h-No Fim da Noite
- 20 horas - Malcom X

Dia 1º de agosto

- 17h 30min - Hoffa
- 20 horas - Malcom X

Dia 2 de agosto

- 20 horas - Malcom X

Dia 3 de agosto

- 20 horas - Malcom X

Dia 4 de agosto

- 20 horas - Malcom X

Dia 5 de agosto

- 20 horas - Malcom X

Dia 6 de agosto

- 20 horas - Malcom X

HOFFA - Retrato de Jimmy Hoffa, chefe dos caminhoneiros de 1950 a 1975, desaparecido neste ano em circunstâncias nunca esclarecidas.

Malcom X - Narrativa do célebre líder americano, assassinado no Harlem em 21 de fevereiro de 1965.

A chacina dos sete meninos de rua em frente da Candelária gerou perplexidade e ao mesmo tempo indignação em toda a sociedade brasileira. São mais sete crianças que morrem nesta guerra civil surda entre os direitos humanos mínimos da cidadania e a miséria absoluta que hoje atinge mais de 32 milhões de brasileiros.

Estas crianças vão se somar às mais de 150 mil que morrem anualmente no Brasil em decorrência da fome ou de doenças a ela associadas. Tal situação é inaceitável no país que é o terceiro maior exportador de alimentos e a nona economia do mundo, especialmente se analisamos o quanto custaria em termos de alimentos ou recursos financeiros a erradicação da fome no Brasil.

Segundo cálculos da Secretaria do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, com base em dados do governo federal, seriam necessários 112 dólares per capita por ano para garantir 100% das necessidades alimentares básicas de cada um dos 32 milhões de brasileiros que hoje passa fome. Um custo total de 3,6 bilhões de dólares ao ano, ou 31 centavos de dólar por dia, cerca de 0.7% do PIB nacional. Segundo cálculos adicionais seriam necessários cerca de 300



milhões de dólares por ano para reabilitar 1,5 milhões de crianças brasileiras portadoras de desnutrição grave e moderada, evitando a ocorrência da grande maioria das 150 mil mortes anuais pela fome. Este valor inclui a alimentação para a criança desnutrida e para os irmãos menores de sete anos. Um custo de 200 dólares por ano para cada criança reabilitada, cerca de 800 mil cruzeiros por mês para evitar uma morte ou que uma criança a mais vá para as ruas.

Estamos dispostos a pagar este preço ou preferiremos fechar os olhos e fingir não enxergar esta realidade que se agrava dia a dia em nosso país? Nesse caso lembremos que serão as crianças que pagarão a conta com suas vidas. Certamente, somente ações emergenciais não acabarão com a miséria e a fome pois estas tem causas estruturais e sua resolução definitiva passa por medidas políticas e econômicas de enfrentamento da questão da retomada do cresci-

mento, da distribuição da riqueza e da renda, da questão agrária, etc a curto, a médio e a longo prazo.

A pergunta que fazemos, no entanto, é se a sociedade brasileira ao fechar os olhos enquanto não resolve o problema "estrutural" fingirá também não ser responsável pelas chacinas periódicas e pelo assassinato lento de milhares de crianças brasileiras por ano?

A ação da Cidadania Contra a Miséria e a Fome e Pela Vida conclama todos os brasileiros a pagar este preço imediato e a engajar-se na luta por mudanças estruturais que garantam a erradicação definitiva do fome e da miséria de nosso país. É possível erradicar a fome e a desnutrição de nosso país a curto prazo e, sem dúvida alguma, está em nossas mãos a possibilidade de mudar a estrutura política e econômica de nosso país e erradicar a miséria a médio e longo prazo. Assim, mãos à obra, entre na luta!!